



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**ALOCUÇÃO**

**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO,  
MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DO SEGUNDO DIÁLOGO  
INTERNACIONAL DE DEFESA DE JACARTA (JIDD)**

**“Operações Militares de Não-Guerra: Perspectivas Regionais e  
Nacionais”**

21de Março de 2012

Jacarta

Excelência, Senhor Ministro da Defesa da República da Indonésia  
Dr. Purnomo Yugiantoro

Meu bom amigo, Presidente Fidel Ramos

Excelências,  
Ministros de Defesa, dos vários países aqui presentes  
Distintos Participantes e Chefes de Delegações

Caros colegas de painel:

Dr. Ng Eng Hen, Ministro da Defesa de Singapura

HE Dato Paduka Haji Mustappa Bin Haji Sirat, Vice-Ministro da Defesa de Brunei  
Darussalam

Mr. Lee Young Geol, Vice-Ministro da Defesa da República da Coreia

Prof. Dra. Dewi Fortuna Anwar, moderadora

Senhoras e Senhores,

É para mim um grande prazer poder participar neste Segundo Diálogo Internacional de Defesa em Jacarta, desejando que este tenha o mesmo sucesso que o Diálogo inaugural do ano passado.

Timor-Leste, mais uma vez, não poderia deixar de estar presente neste importante evento. Gostaria também de expressar a nossa apreciação ao Governo e ao Povo da Indonésia, cujos esforços têm elevado o clima de amizade entre os nossos dois países. A Indonésia tem vindo a fomentar o diálogo sobre temas actuais e pertinentes, no contexto regional e internacional, nomeadamente na área da defesa, da segurança e da democracia.

Este espaço de diálogo e de troca de opiniões francas e construtivas, num verdadeiro espírito de cooperação intergovernamental, não poderia ocorrer num País mais apropriado. A Indonésia, para além de uma exímia anfitriã, é uma das mais estáveis democracias da nossa região asiática e é, como todos sabemos, um exemplo de tolerância intercultural e religiosa.

Falar de tolerância é um excelente ponto de partida para iniciar o diálogo sobre “Operações Militares de Não-Guerra”. Até porque, nos tempos que correm, vivemos de incertezas e ansiedades generalizadas, provocadas por actos e sentimentos irresponsáveis de intolerância.

Senhoras e senhores,

O I Jakarta International Defense Dialogue veio reforçar o consenso na necessidade de construir a confiança mútua e a cooperação entre os países do mundo para evitar resolver, pela guerra, as diferenças que possam subsistir ainda nas relações bi ou multilaterais.

Referimos aqui, por diversas vezes, a necessidade de reforçar o diálogo e a vontade de desenvolver mecanismos de coordenação que possam assegurar a harmonia e a paz na região e, até mesmo, a uma escala global. Um exemplo disto é o “R2P”, a Responsabilidade para Proteger, mencionado anteriormente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Este desafio só será ultrapassado com sucesso quando as políticas de “responsabilidade para proteger os direitos humanos das comunidades internacionais” forem efectivamente desvinculadas de interesses económicos. O clima de desconfiança manter-se-á entre os Estados enquanto forem os mercados – e não os valores mais genuínos das Nações - a ditarem a feitura da guerra ou da paz e a determinarem as eventuais intervenções das Missões de Paz, como no caso da Costa do Marfim.

Em jeito de reflexão, vou tentar levantar uma questão, que é para mim essencial. Desde o I JIDD, em Março do ano passado, o que é que testemunhámos a acontecer no mundo?

Podem não concordar comigo mas o que eu vejo é:

- um Egipto socialmente desunido
- uma Líbia ensanguentada
- um Iémen vivendo a ansiedade de mudanças, que todo desejamos pacíficas
- e uma Síria incapaz de pôr termo à autodestruição.

No Médio Oriente, Israel e Palestina que não conseguem sair do seu destino fatal, a que estão como que condenados, para garantir a integridade de princípios e a honorabilidade de valores das altas esferas de decisão. Vemos o Iraque, destruído na sua integridade como país, o Afeganistão, sacudido nas suas entranhas por discrepâncias e divergências, e um Paquistão que não pode evitar desligar-se dos problemas dos vizinhos.

E como se isto tudo não fosse suficiente, um Irão de posturas rígidas, para o qual o embargo do petróleo, para além de não resolver, vai dificultar ainda mais a recuperação económica global. Por sorte, há indicações de que a Arábia Saudita tenta reduzir os riscos de um enorme colapso, que não ajudaria à estabilidade em todo o mundo.

Enquanto isso, no continente Africano, enquanto na Tunísia o processo tem-se desenvolvido com maturidade, em muito outros países, nalguns dos quais estão colocadas as *Peace Keeping Forces*, conflitos e violências não parecem fáceis de solução a médio prazo.

O crescimento económico da ASEAN, juntamente com o crescimento da China e da Índia, e a solidez durável do Japão e da República da Coreia, fazem o século da Ásia.

Entretanto, esta grande região da Ásia-Pacífico não está imune às ameaças latentes e reais do mundo de hoje.

Nos dias de hoje a interdependência é crucial. Estamos aqui partindo do princípio que os Estados devem trabalhar juntos para proteger interesses, nacionais e globais.

Poderia haver, talvez, outro local para nós abordarmos as verdadeiras causas de outros problemas que não derivam somente dos interesses económicos?

A Ásia tornou-se um grande comprador de armas – numa era onde o multilateralismo deve guiar os actos dos Estados, parece que nos estamos a preparar para uma guerra sem precedentes.

As Nações Unidas deveriam promover debates para reorientar as políticas de intervenção no mundo. Fico satisfeito por ter ouvido o Secretário-Geral da Nações Unidas levantar este assunto. O envio do respeitado Senhor Kofi Annan à Síria, teve lugar tão tarde que demonstra que a comunidade das nações ainda prefere intervenções armadas a intervenções de natureza política.

Os povos vítimas de perseguições e maus tratos da sua própria miséria, alheios à ténue linha que separa a moralidade da comunidade internacional perante a moralidade da “segurança económica nacional” das grandes potências, vão entretanto engrossando a criminalidade interterritorial, aumentando a ameaça à segurança interna e à estabilidade económica e social da comunidade das nações.

E digo isto porque diz-se que “poder e influência” segue “as tendências económicas”.

Dentro deste cenário negativo, temos que enaltecer os positivos desenvolvimentos que tiveram lugar no Myanmar, com a participação política da Aung San Suu Kyi e o fim do conflito armado, e esperamos que estes desenvolvimentos continuem no caminho da consolidação da democracia.

Senhoras e senhores,

Timor-Leste, localizado simultaneamente no sudeste asiático e no pacífico, em matéria de segurança e defesa, não está imune ao xadrez estratégico regional.

Timor-Leste faz parte de um arquipélago que por si só constitui-se como uma fragilidade. Possuímos fronteiras terrestres e marítimas que nos tornam vulneráveis às ameaças do mundo moderno: a pirataria, o terrorismo, a criminalidade organizada como é o tráfico de droga, de pessoas, órgãos, armas e contrabando e a imigração ilegal.

Estamos situados entre duas grandes potências regionais, a Indonésia e a Austrália, sem dúvida dois bons amigos, não estando imunes aos actos de terrorismo que têm sido praticados na Indonésia, e mesmo a própria Austrália, que na complexa teia de relações internacionais, não está isenta destas ameaças.

Recentemente fomos confrontados com o problema dos refugiados que afecta sobretudo a Austrália mas que deve ser abordada no contexto regional, se não mesmo internacional. Este é mais um exemplo de que não podemos resolver conflitos e promover a paz na região, apoiando aqueles que se refugiam de crises domésticas, sem abordar directamente as causas que são efectivamente a raiz dos problemas.

Timor-Leste é uma pequena e jovem nação, que consequentemente é vulnerável a todas as fricções que afectam a nossa região.

Talvez por causa das tensões recentes no sul dos mares da China, assistimos à preparação de mecanismos de defesa de uma outra grande potência, junto às nossas fronteiras.

Percebemos que hoje em dia a defesa das fronteiras de um país e do seu espaço marítimo não se confina exclusivamente às forças de defesa de que esse país dispõe,

aplicando-se um conceito muito mais alargado de defesa, que tem obviamente implicações para países pequenos como Timor-Leste.

Neste contexto de defesa regional, Timor-Leste, juntamente com a Austrália e a Indonésia, não podem deixar de procurar um entendimento mais concertado sobre segurança marítima sob um acordo trilateral.

Não queremos correr o risco de ser considerados não-amigo deste ou daquele país, antes pelo contrário, queremos e procuramos parcerias com todos, sobretudo com os nossos vizinhos próximos, que permitam desenvolver o nosso país.

O conceito de segurança nacional é ainda, e aliás, como tudo o resto, um conceito em desenvolvimento para o nosso país. Iniciámos, muito recentemente, a reflexão profunda sobre as melhores condições efectivas de segurança da nossa população e dos nossos bens, bem como, a melhor forma de assegurar a integridade territorial e a soberania nacional, através das nossas forças e serviços de segurança e de defesa.

Ultimamente, temos vindo a ser vítimas de pesca ilegal e delapidação da fauna marítima. Percebemos que as águas timorenses eram uma presa fácil para a exploração ilegal, atendendo à fragilidade com que ainda nos deparamos no patrulhamento da nossa zona costeira. Dispomos, como sabem, de riquezas imensas, sobretudo petróleo e gás natural, que são essenciais para o desenvolvimento económico e social do nosso povo.

Por outro lado, estamos também vulneráveis a desastres e calamidades naturais, que são frequentes na nossa região. Com os desastres que ocorreram em diferentes partes do mundo, ficámos ainda num estado de maior alerta para a necessidade de estarmos preparados para este tipo de adversidades.

Por isso decidimos que as nossas Forças Armadas não devem estar somente preparadas para defender as fronteiras de uma invasão externa mas também para permitir a segurança da nossas populações e dos nossos bens. Foi neste sentido que desenvolvemos a nossa Componente Naval, pensando na nossa segurança marítima.

Timor-Leste precisa de ter capacidade naval para lidar com o uso inapropriado das águas nacionais em actividades ilícitas, sobretudo para levar a cabo actividades de monitorização, vigilância, policiamento e salvamento em zonas marítimas sob jurisdição nacional. Estas responsabilidades permitem também que os nossos vizinhos ganhem confiança no nosso Estado, contribuindo como um factor de estabilização regional e contribui ainda para firmar o nosso compromisso para a segurança global colectiva.

Senhoras e senhores,

Procuramos ainda ser mais activos na nossa região e no mundo. Ultrapassados os conflitos que vivemos durante mais de um quarto de século, incluindo as nossas próprias contendas internas, queremos partilhar a nossa experiência de reconciliação e concentrar os nossos esforços num ideal mais humanista de tolerância política e social para a dignificação e o desenvolvimento de todos.

A nossa participação em missões internacionais no âmbito das Nações Unidas irá ajudar à formação de fortes e positivos laços de cooperação com outros países e colocar a

nossa própria experiência e a nossa determinação pela paz, ao serviço de outros países. O nosso firme desejo de uma integração plena na ASEAN é também substanciado nesta vontade de participar activamente no desenvolvimento da paz na região e na aproximação das nossas forças de defesa nacional aos modelos praticados noutros países.

Sabemos que os países de uma forma individual não podem, ou não conseguem, actuar tão eficazmente na gestão de crises e nas situações de emergência humanitária. Nestes momentos graves, as forças combinadas, sustentadas numa efectiva coordenação internacional, têm muito mais hipóteses de serem bem-sucedidas.

A nossa experiência ensina-nos que a única forma de as operações internacionais de apoio à paz terem sucesso é quando são delineadas e implementadas de uma forma intrinsecamente desinteressada e sem perder o ponto de vista do país receptor da ajuda.

Sabemos, porque temos vivido um extenso período de paz e estabilidade com o apoio das Nações Unidas e das Forças de Estabilização Internacionais, da Austrália e Nova Zelândia, em que, durante este tempo, fomos ajustando e reajustando prioridades e necessidades internas, sem permitir ingerências e sem desrespeitar os nosso próprios *timings* e processos.

Em conclusão, podemos dizer que temos razões para estar confiantes e, acompanhando o próspero crescimento da região da Ásia-Pacífico, também Timor-Leste tem vindo a registar taxas elevadas de crescimento económico.

Como sabem, no dia 17 de Março tivemos eleições presidenciais e os resultados indicam que iremos ter uma segunda volta. As eleições decorreram de uma forma pacífica e estou convicto que também as eleições legislativas, que terão lugar em Junho, irão decorrer de forma idêntica, o que permitirá, como está previsto, a retirada da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste e das Forças de Estabilização Internacionais, até ao final deste ano.

E se podemos dizer alguma coisa sobre “Operações Militares de Não-Guerra” é que os desafios de segurança, que se colocam às nações saídas de situação de pós-conflito, são seguramente mais fáceis de ultrapassar quando existe uma férrea vontade da comunidade internacional em contribuir para o desenvolvimento dessas nações.

Posso ainda dizer que sem assegurada a paz e a estabilidade nestes Estados frágeis, não há como permitir o desenvolvimento económico e retirar o povo da miséria, a pior das ameaças à humanidade.

As operações desta natureza devem, portanto, ter como motivo único a promoção da paz e estabilidade como fim em si mesmo. O resto, o desenvolvimento económico e social e a própria consolidação da democracia, brota naturalmente no seio destas sociedades, e por dentro!

Não é através da imposição de políticas próprias a países desenvolvidos ou a defender interesses económicos em pontos estratégicos do globo, que poderemos resolver a miséria em que as populações vivem circunscritas. Antes pelo contrário, a miséria que tem vindo a ser constantemente ignorada pelo mundo inteiro é que pontualmente se transforma

em tragédias, num ou outro ponto do globo, espantando tudo e todos, sem no entanto constituir verdadeira surpresa.

A paz ou esperança pela paz, no meu entender, só pode começar onde e quando acabar a intolerância.

Promover a paz e reduzir a pobreza nos países pobres e em conflito é, portanto, a melhor forma de evitar a guerra e promover a paz mundial.

Em Abril deste ano, Timor-Leste juntamente com a Conferência Internacional dos Partidos Políticos da Ásia, liderada pelo Senhor Jose de Venecia Jr das Filipinas, irá organizar uma Conferência Internacional sobre Paz e Reconciliação. Esta é uma outra forma de abordar e terminar os sentimentos de intolerância entre grupos, sociedades e nações.

Esta é a contribuição que Timor-Leste para ajudar a reduzir o clima de ódio e hostilidade entre as pessoas.

Muito obrigado.

Jacarta, 21 de Março de 2012

Kay Rala Xanana Gusmão  
Primeiro-Ministro e Ministro de Defesa e Segurança